

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9



Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Raios do Parnaíba Solar Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o



**Shape the future
with confidence**

encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Ricardo Gomes Leite'.

Ricardo Gomes Leite
Contador CRC RJ-107146/O

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	73.632	14.437	79.775	16.191
Imposto a recuperar		3.644	-	3.810	-
Adiantamentos	7	-	-	24.659	5
Instrumentos financeiros	16	59.974	-	59.974	-
Total do ativo circulante		137.250	14.437	168.218	16.196
Não circulante					
Partes relacionadas a receber	12	39.986	17.981	742	-
Investimentos	2	719.979	11.938	-	-
Imobilizado	8	-	-	697.000	9.142
Intangível	9	-	-	68.737	67.639
Total do ativo não circulante		759.965	29.919	766.479	76.781
Total do ativo		897.215	44.356	934.697	92.977
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores e retenções contratuais	10	-	-	33.748	48.439
Empréstimos e financiamentos	11	466.233	35.534	466.233	35.534
Impostos a pagar		23	8	3.757	190
Total do passivo circulante		466.256	35.542	503.738	84.163
Não circulante					
Partes relacionadas a pagar	12	818	9.305	818	9.305
Total do passivo não circulante		818	9.305	818	9.305
Patrimônio líquido					
Capital social subscrito	13	435.301	1	435.301	1
Prejuízos acumulados		(5.160)	(492)	(5.160)	(492)
Total do patrimônio líquido		430.141	(491)	430.141	(491)
Total do passivo e patrimônio líquido		897.215	44.356	934.697	92.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
(Despesas) operacionais, líquidas					
Despesas gerais e administrativas	14	(391)	-	(448)	(11)
Resultado de equivalência patrimonial	2	(1.710)	(27)	(11)	-
Resultado antes do resultado financeiro		(2.101)	(27)	(459)	(11)
Receitas financeiras	15	87.500	554	87.500	553
Despesas financeiras	15	(90.067)	(1.019)	(91.709)	(1.034)
Resultado financeiro		(2.567)	(465)	(4.209)	(481)
Resultado antes dos impostos		(4.668)	(492)	(4.668)	(492)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(4.668)	(492)	(4.668)	(492)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(4.668)	(492)	(4.668)	(492)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(4.668)	(492)	(4.668)	(492)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social Subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2023	1.191	(1.190)	1
Absorção do prejuízo	(1.190)	1.190	-
Prejuízo do exercício	-	(492)	(492)
Em 31 de dezembro de 2023	1	(492)	(491)
Aumento de capital	435.300	-	435.300
Prejuízo do exercício	-	(4.668)	(4.668)
Em 31 de dezembro de 2024	435.301	(5.160)	430.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) do exercício	(4.668)	(492)	(4.668)	(492)
Ajustes				
Resultado de equivalência patrimonial	1.710	27	-	-
Juros de empréstimos e financiamentos	18.646	387	18.646	387
Variação cambial / instrumentos financeiros	9.101	147	9.101	147
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Impostos a recuperar	(3.644)	-	(3.810)	-
Partes relacionadas	(22.005)	(17.981)	(742)	-
Adiantamentos fornecidos	-	-	(24.654)	(5)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	-	-	(14.691)	48.439
Partes relacionadas	(8.487)	9.305	(8.487)	9.305
Impostos pagos	15	8	3.567	190
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(9.332)	(8.599)	(25.738)	57.971
Atividades de investimento				
Aquisição de investimento	-	(9.306)	-	-
Aporte de capital em investidas	(709.751)	(2.659)	-	-
Adição de custos de imobilizado e intangível	-	-	(688.956)	(76.781)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(709.751)	(11.965)	(688.956)	(76.781)
Atividades de financiamento				
Aportes de capital recebido	435.300	-	435.300	-
Empréstimos e financiamentos captados	400.000	35.000	400.000	35.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(41.464)	-	(41.464)	-
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(15.943)	-	(15.943)	-
Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	385	-	385	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	778.278	35.000	778.278	35.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	59.195	14.436	63.584	16.190
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	14.437	1	16.191	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	73.632	14.437	79.775	16.191
Aumento líquida no caixa e equivalentes de caixa	59.195	14.436	63.584	16.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Raios do Parnaíba Solar Holding S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 05 de setembro de 2018, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - sl. 1733 - Parte - Centro/RJ - 20020-080 no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social:

- (a) Holdings de instituições não financeiras (as atividades de entidades econômicas que detém o controle de capital de um grupo de empresas com atividades preponderantemente não financeiras, essas holdings podem exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios das empresas do grupo);
- (b) Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente (escritório com prestação de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e gestão de projetos solares);
- (c) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (escritório com serviços de preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, exceto serviços advocatícios, tais como preenchimento de cadastros e formulários junto a órgãos públicos e privados para obtenção de autorizações e licenças).

A Companhia detém 100% das ações das controladas diretas Panorama 01 Energia SPE S.A., Panorama 02 Energia SPE S.A. e Panorama 03 Energia SPE S.A. que estão em fase de construção, com previsão de entrada em operação comercial no decorrer do segundo semestre de 2025, e conta com o suporte financeiro de seu acionista controlador e de terceiros. A continuidade das operações depende do fomento de capital, seja pelo recurso próprio (novos aportes ao capital social) ou recursos de terceiros (captações de financiamentos bancários).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta no consolidado um capital circulante líquido negativo de R\$335.520 (em 31 de dezembro de 2023, o CCL negativo obteve um montante de R\$67.967). A controladora por sua vez, apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$329.006 em 31 de dezembro de 2024 (em 31 de dezembro de 2023, o CCL negativo obteve um montante de R\$21.105).

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Investimentos

A Companhia possui controle direto nas empresas Panorama 01 SPE S.A. ("Panorama 01"), Panorama 02 SPE S.A. ("Panorama 02") e Panorama 03 SPE S.A ("Panorama 03"), que detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") para explorar comercialmente os parques solares instalados no município de Ribeiro Gonçalves, no estado de Piauí. Adiante, apresentamos as informações financeiras consolidadas destes investimentos:

Controladas	Participação %	Ativo total		Passivo total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Panorama 01	100	319.158	25.342	28.724	21.367	290.434	3.975	(723)	(7)
Panorama 02	100	244.398	26.975	22.123	23.030	222.275	3.945	(388)	(12)
Panorama 03	100	233.145	26.225	25.875	22.206	207.270	4.019	(599)	(8)

Controladas	Participação %	Ativo total		Passivo total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Panorama 01	100	25.341	(não auditado) 10	21.367	(não auditado) -	3.974	(não auditado) 10	(7)	(não auditado) -
Panorama 02	100	26.975	10	23.030	-	3.945	10	(12)	-
Panorama 03	100	26.225	10	22.206	-	4.019	10	(8)	-

Todas a controladas descritas anteriormente estão sediadas no Brasil, as movimentações destas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são demonstradas adiante:

Movimentação dos Investimentos	31/12/2023	Aquisição	Aportes	Equivalência	31/12/2024
Panorama 01	3.975	-	287.183	(723)	290.435
Panorama 02	3.945	-	218.718	(388)	222.275
Panorama 03	4.018	-	203.850	(599)	207.269
	11.938	-	709.751	(1.710)	719.979

Movimentação dos Investimentos	31/12/2022	Aquisição	Aportes	Equivalência	31/12/2023
	(não auditado)				
Panorama 01	-	3.102	880	(7)	3.975
Panorama 02	-	3.102	855	(12)	3.945
Panorama 03	-	3.102	924	(8)	4.018
	-	9.306	2.659	(27)	11.938

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Investimentos--Continuação

No quadro abaixo estão apresentados os processos autorizativos e respectivos despachos homologatórios da Aneel, com as respectivas datas estimadas de entradas em operação comercial das centrais geradoras fotovoltaicas controladas da Companhia:

Unidade Fotovoltaica	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento da autorização	Despacho nº	Entrada em Operação Comercial prevista
Panorama 01	100	48500.002132/2021-02	08/09/2056	10.513	2º semestre de 2025
Panorama 02	100	48500.002133/2021-49	08/09/2056	10.514	2º semestre de 2025
Panorama 03	100	48500.002134/2021-93	08/09/2056	10.515	2º semestre de 2025

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme citado na nota explicativa nº 14.

A preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentado na nota explicativa 5.

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 17 de outubro de 2025.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

3.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

O controle de investidas é obtido quando o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle.

Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Políticas contábeis materiais

4.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.2. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

4.4. Instrumentos financeiros

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, e posteriormente mensurados pelo valor justo, sendo as variações contabilizadas no resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Grupo possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.4. Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos--Continuação*

Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os ativos financeiros do Grupo classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes, e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48.

Passivos financeiros

ii) *Classificação e mensuração*

A Companhia possui passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos e é determinada no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros: Os passivos classificados nessa categoria são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. São apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes serão classificados como passivos não circulantes).

iii) *Baixa de passivo financeiro*

A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.5. Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros Resultados Operacionais" na Demonstração do Resultado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

4.6. Ativos intangíveis

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas rubricas, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.7. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, conforme a legislação tributária vigente, apurando trimestralmente o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos da Lei nº 9.430/96 e demais normas correlatas.

A apuração do Lucro Real parte do lucro líquido do exercício, ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstas na legislação fiscal.

4.8. Provisões

- (i) Provisões gerais: provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.
- (ii) Provisões para litígios: a Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.9. Distribuição de dividendos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não apurou lucro operacional e registrará (quando aplicável) em bases anuais, e distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios no passivo, salvo se tenham sido efetivamente pagos antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório serão registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Companhia. Dividendos propostos pela Administração da Companhia, em consonância com a Lei das S.A., serão divulgados em nota explicativa.

4.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

a) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A Companhia avaliou os impactos da adoção dessa norma e concluiu que não houve impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidado.

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.11. Novos pronunciamentos contábeis vigentes em 2024

a) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A Companhia avaliou os impactos da adoção dessa norma e concluiu que não houve impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

4.12. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras).

O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.12. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes--Continuação

a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

Além disso, o IFRS 18 trouxe alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está avaliando os possíveis impactos da adoção dessa norma, mas não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.12. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes--Continuação

- c) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.12. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes --Continuação

d) Reforma Tributária sobre o Consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

e) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.12 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes -Continuação

- e) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade--Continuação

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos e passivos, e as respectivas divulgações.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas -- Continuação

- (i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
- (ii) Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiro
- (iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: a Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de Caixa

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixas e bancos	Disponibilidades	-	115	4.826	6.259	6.580
Aplicações financeiras	CDB	90% CDI	73.517	9.611	73.516	9.611
			73.632	14.437	79.775	16.191

O Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para a gestão de caixa da Companhia, assim como para finalidade de pagamento. Os depósitos a curto prazo são realizados por períodos que variam de um dia a três meses, conforme as necessidades imediatas de liquidez. Esses depósitos têm como objetivo atender a compromissos financeiros de curto prazo ou outros fins.

7. Adiantamentos

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2024, os adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 24.659, referem-se às condições contratuais inerentes das prestações de serviços e compra de materiais para a construções das centrais geradoras fotovoltaicas das controladas Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03.

8. Imobilizado

Consolidado

Imobilizado em curso	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Desenvolvimento	6.265	12.007	-	18.272
EPC	2.768	660.743	-	663.511
Resultado Financeiro	109	15.108	-	15.217
	9.142	687.858	-	697.000

Imobilizado em curso	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
	(não auditado)			
Desenvolvimento	-	6.265	-	6.265
EPC	-	2.768	-	2.768
Resultado Financeiro	-	109	-	109
	-	9.142	-	9.142

O montante de R\$697.000 em 2024 (R\$9.142 em 2023) no imobilizado consolidado da Companhia é referente aos custos de construção das centrais geradoras fotovoltaicas controladas Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03 com estimativas de entrar em operação no decorrer do segundo semestre de 2025. Não foram verificados indicadores de existência de impairment em relação a esses ativos.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

Consolidado

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2024</u>
Intangível em curso	67.639	1.098	-	68.737
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2023</u>
	(não auditado)			
Intangível em curso	-	67.639	-	67.639

O montante consolidado de R\$ 68.737 em 2024 (R\$67.639 em 31 de dezembro de 2023), referem-se basicamente a aquisição dos ativos intangíveis identificáveis na compra dos direitos de exploração avaliados ao valor justo destinado à Central Geradora Fotovoltaica do Projeto de Raios do Parnaíba e suas respectivas SPEs, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica decorrentes dos valores negociados nas compras destes projetos de geração fotovoltaica. Esse ativo será amortizado a partir do início das operações, de acordo com o prazo da autorização de exploração comercial outorgado pela ANEEL.

10. Fornecedores

<u>Consolidado</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores	13.454	4
Retenções contratuais	8.074	-
Outros fornecedores	12.220	48.435
	<u>33.748</u>	<u>48.439</u>

A variação do montante de R\$12.220 em 31 de dezembro de 2024 (R\$48.435 em 31 de dezembro de 2023), apresentado como outros fornecedores, é referente aos pagamentos das obrigações assumidas nas aquisições das sociedades do projeto de Raios do Parnaíba juntamente com suas SPEs Panorama 01 Energia SPEs S.A., Panorama 02 Energia SPE S.A. e Panorama 03 Energia SPE S.A. A quadro adiante demonstra a maturidade dos saldos:

<u>Aginglist de fornecedores</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	28.040	48.439
Vencidos até 30 dias	4.116	-
Vencidos de 30 até 90 dias	1.426	-
Vencidos de 90 até 180 dias	4	-
Vencidos de 180 até 365 dias	162	-
Total	<u>33.748</u>	<u>48.439</u>

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

O montante dos empréstimos se deve para melhor gerenciar o fluxo de caixa da Companhia no giro das operações e para custear a conclusão das obras das centrais geradoras fotovoltaicas de suas controladas Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia era a seguinte:

		Controladora e consolidado						
	31/12/2023	Captação	Amortização do principal	Variação cambial /Swap	Liquidação SWAP	Juros Apropriados	Amortização de Juros	31/12/2024
Itaú	-	400.000	-	67.849	(4.813)	16.085	(12.888)	466.233
Citibank	35.534	-	(41.464)	1.226	5.198	2.561	(3.055)	-
	35.534	400.000	(41.464)	69.075	385	18.646	(15.943)	466.233

		Controladora e consolidado							
	31/12/2022	Captação	Amortização do principal	Variação cambial /Swap	Liquidação SWAP	Juros Apropriados	Amortização de Juros	31/12/2023	
Citibank	(não auditado)	-	35.000	-	147	-	387	-	35.534
		-	35.000	-	147	-	387	-	35.534

Citi

Em 28 de novembro de 2023, a Companhia captou empréstimo junto ao banco Citi em dólares americanos, no montante de USD7.150 (R\$35.000) com a taxa prefixada em 7,2668% a.a. e swap com base no CDI+1,35% a.a. O presente contrato foi garantido por seu acionista, através de fianças bancárias, no valor total contratado. A Companhia liquidou este empréstimo em 27 de novembro de 2024.

O contrato de financiamento não possui cláusulas restritivas "covenants" financeiros de vencimento antecipado (Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)). Adicionalmente, os principais covenants não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, licenças e autorizações necessárias, fiança bancária e limitação de venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Itaú

Em 08 de março de 2024, a Companhia captou empréstimo junto ao banco Itaú no montante de USD40.524 (BRL200.000) com a taxa prefixada em 7,18% a.a. e swap com base no CDI+1,25% a.a. O presente contrato foi garantido por seu acionista, através de fianças bancárias, no valor total contratado. A Companhia liquidou o empréstimo acima em 10 de março de 2025.

Em 10 de outubro de 2024, a Companhia tomou um novo empréstimo junto a este banco no montante de EUR32.965 (BRL200.000) com a taxa prefixada em 4,28% a.a. e swap com base no

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

CDI+0,39% a.a. O presente contrato foi garantido por seu acionista, através de fianças bancárias, no valor total contratado. A Companhia estima liquidar este empréstimo em seu vencimento, em 10 de março de 2025.

O contrato de financiamento não possui cláusulas restritivas "covenants" financeiros de vencimento antecipado (Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)). Adicionalmente, os principais covenants não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, licenças e autorizações necessárias, fiança bancária e limitação de venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Adiante, a segregação de empréstimos e financiamentos para o período:

Controladora e Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	466.233	35.534
Não circulante	-	-

12. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Durante os exercícios de 2024 e 2023, a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela coligada Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses exercícios por parte da Companhia e de suas controladas.

A tabela a seguir apresenta os valores totais das operações que tenham sido celebradas entre partes relacionadas atrelados às obras em andamento das centrais geradoras fotovoltaicas das controladas Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas a Receber				
Panorama 01	13.111	5.196	-	-
Panorama 02	13.021	6.779	-	-
Panorama 03	13.111	6.006	-	-
Cristino Castro Solar Holding S.A.	465	-	465	-
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.	278	-	277	-
Total ativo não circulante	39.986	17.981	742	-
Partes relacionadas a pagar				
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.	818	9.305	818	9.305
Total passivo não circulante	818	9.305	818	9.305

13. Patrimônio líquido

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R\$435.301 divididos em 435.301.066 (quatrocentos e trinta cinco milhões, trezentos e um mil e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas no valor de um real cada. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era de R\$1 (um mil reais) dividido em 1.052 (um mil e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas no valor de um real cada, detidas integralmente pela acionista Raios do Parnaíba Solar España, S.L.U.

Controladora	31/12/2024	31/12/2023
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.	1	1
Raios do Parnaíba Solar España, S.L.U.	435.301.065	1.051
Capital Social	435.301.066	1.052

Em 24 de abril de 2023, a ex-acionista da Companhia, Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. celebrou com a Raios do Parnaíba Solar España, S.L.U, a atual acionista da Companhia, a cessão onerosa da totalidade das ações na Companhia, passando esta ser a única acionista da Companhia. Em 22 de agosto de 2023, a Companhia reduziu seu capital social em R\$1.190 (um milhão cento e noventa mil) para absorção de prejuízos acumulados.

b) Reserva legal

O estatuto social prevê que, caso a Companhia apure lucro, a reserva legal será constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentou lucro para o exercício e por isso, não constituiu reserva legal.

c) Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia prevê que as reservas de lucros serão constituídas para registrar os lucros que deixaram de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos como dividendos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentou lucro para o exercício e por isso, não constituiu reserva de lucro.

d) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo e pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, descontada a parcela referente à reserva legal, salvo determinação em contrário por unanimidade de votos dos acionistas presentes em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentou lucro para o exercício e conseqüentemente não houve distribuição de dividendos aos acionistas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(27)	-	(83)	-
Aluguéis	(263)	-	(263)	-
Outras despesas	(101)	-	(102)	(11)
Total despesas gerais e administrativas	(391)	-	(448)	(11)

As despesas operacionais foram decorrentes principalmente dos aluguéis pagos pela Companhia referente aos terrenos onde suas controladas Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03 estão em construções.

15. Resultado Financeiro

Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	12.210	170	12.210	169
Recuperação de resultado financeiro	15.093	-	15.093	-
Operação a termo swap empréstimos	60.061	-	60.061	-
Variação cambial sobre empréstimos	-	384	-	384
Juros	136	-	136	-
	87.500	554	87.500	553
Despesas financeiras				
Tributos	(3)	-	(19)	-
Comissões bancárias e outras	(27)	(2)	(67)	(4)
Juros e Multas	(87)	(31)	(1.673)	(44)
IOF	(2.142)	(69)	(2.142)	(69)
Juros de empréstimos e financiamentos	(18.646)	(387)	(18.646)	(387)
Operação a termo swap empréstimos	-	(530)	-	(530)
Variação cambial sobre empréstimos	(69.162)	-	(69.162)	-
	(90.067)	(1.019)	(91.709)	(1.034)
Resultado financeiro	(2.567)	(465)	(4.209)	(481)

Os gastos financeiros foram principalmente decorrentes dos financiamentos constituídos para suporte financeiros às obras em andamento das centrais geradoras fotovoltaicas das controladas Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros								
Caixa e equivalente de caixa (Nível 2)	73.632	-	14.437	-	79.775	-	16.191	-
Parte relacionada a receber (Nível 2)	39.986	-	17.981	-	742	-	-	-
Instrumentos financeiros	-	59.974	-	-	-	59.974	-	-
Passivos financeiros								
Fornecedores (Nível 2)	-	-	-	-	33.748	-	48.439	-
Parte relacionada pagar (Nível 2)	818	-	9.305	-	818	-	9.305	-
Empréstimos e financiamentos (nível 2)	466.233	466.233	35.534	35.534	466.233	466.233	35.534	35.534

16.1. Gerenciamento de riscos

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia, que julga apresentar exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro celebrado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia entende que apresenta recursos suficientes para honrar com as obrigações contraídas decorrentes da sua operação comercial e está regularmente adimplente com seus fornecedores.

A Companhia e seu acionista entendem que a captação de recursos financeiros de terceiros e/ou aportes de seu grupo controlador será necessário em decorrência do início de suas operações e vem monitorando periodicamente o momento oportuno para obter novos financiamentos intragrupo ou com terceiros.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

16.1. Gerenciamento de riscos--Continuação

b) Risco de mercado

A Companhia não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. O empréstimo bancário constituído pela Companhia no ano anterior já foi liquidado e possuía taxas pré-fixadas.

Risco de inflação - os gastos da Companhia são atualizados anualmente por índices de inflação.

Risco de captação - a Companhia e seu acionista buscam a captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações devem ser suportados pela Companhia.

Riscos regulatórios - a Companhia, direta ou indiretamente, está sujeita à extensa legislação emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - a Companhia por meio de seu epecista adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os o ativo imobilizado, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

16.1. Gerenciamento de riscos--Continuação

d) Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e para que não quebre cláusulas contratuais com fornecedores. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

17. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou captar endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira de médio prazo. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total do empréstimo de curto prazo (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Eventos subsequentes

Conforme mencionado na nota explicativa 11, para custear a conclusão das obras das centrais geradoras fotovoltaicas de suas controladas Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03 e giro das operações iniciais destas, a Companhia incorreu em novos empréstimos, conforme descritos adiante:

BNP:

Em 13 de fevereiro de 2025, a Companhia captou empréstimo junto ao banco BNP no montante de EUR33.551 (R\$200.000) com a taxa prefixada em 3,748% a.a. e swap com base no CDI+0,38% a.a. O presente contrato foi garantido por seu acionista, através de fianças bancárias, no valor total contratado. A Companhia estima liquidar este empréstimo no seu vencimento previsto, 13 de fevereiro de 2026.

Citi:

Em 15 de maio de 2025, a Companhia captou empréstimo junto ao banco Citi no montante de USD35.524 (R\$200.000) com a taxa prefixada em Sofr + 0,8727% a.a. e swap com base no CDI+0,60% a.a. O presente contrato foi garantido por seu acionista, através de fianças bancárias, no valor total contratado. A Companhia estima liquidar este empréstimo no seu vencimento previsto, 15 de maio de 2026

Alfonso Brunner Beamud
Diretor

Guilherme Rodrigues Matias
Contador
CRC-RJ 124.530/O

* * *